

A Riqueza do Município de Lavras-MG nas décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)¹

Eduardo José Vieira

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
eduardojosevieira@hotmail.com

Resumo: A pesquisa busca traçar o perfil da riqueza do município de Lavras-MG nas décadas finais do regime escravista brasileiro (1870/80). A partir da análise de processos de inventários *post mortem*, analisa a estrutura da riqueza da população local sob a perspectiva de alguns modelos explicativos para a economia mineira do século XIX. Verifica a distribuição da propriedade por tipo de ativo dos inventários e busca identificar o que se produzia na localidade nesse período. Embora ainda em andamento, a pesquisa aponta na direção do caráter fortemente escravista da economia e à diversificação da produção. Já se pode constatar a importante função do município no contexto regional, já que conta com expressiva quantidade de animais de corte, produção de gêneros como açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão, além de um considerável mercado de crédito, seja através de contas correntes ou empréstimos a prêmio e prazo fixados.

Palavras-chave: Economia. Escravidão. Produção. Lavras-MG.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

A Riqueza do Município de Lavras-MG nas décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)

Lavras-MG é um município mineiro localizado na região limite do sul com o centro do estado de Minas Gerais, foi elevado à categoria de cidade em 1868, já com o nome atual, após ter-se tornado vila em 1831 e ser constituído o município em 1832. Sua localização, como podemos observar no mapa 01, certamente influenciou nas várias mudanças de comarca pelas quais passou. Em 1870, recorte inicial de nossa análise, Lavras era termo da comarca do Sapucahy. Embora neste momento estivesse ligada a esta comarca, até 1882, quando se cria a comarca de Lavras, a localidade pertenceu a diferentes repartições jurídico administrativas, pertencendo ora à comarca do Rio das Mortes, ora à Comarca do Rio Verde ou mais tarde, à do Sapucahy. O Almanach Sul-Mineiro traz a trajetória das transferências ocorridas (VEIGA, 1874) e, 10 anos mais tarde, o Almanak Sul-Mineiro acrescenta que, em 1882, a comarca do Sapucahy “passa a denominar-se Lavras, sendo constituída apenas pelo termo deste nome” (VEIGA, 1884: 582). Os livros não entram no mérito da discussão sobre o que teria motivado essas mudanças em curto espaço de tempo, se foram razões políticas, econômicas ou mesmo geográficas. Provavelmente, todos esses fatores tiveram influência no processo, mas o desfecho com somente o termo de Lavras compondo a comarca indica que, certamente, a cidade teve importância crescente no contexto mineiro. Em 1874, o referido almanaque cita a composição do município pelas freguesias de Carmo da Cachoeira, Perdões, com o distrito de Cana Verde, e São João Neponuceno, além da Freguesia da Cidade com os distritos do Rosário, do Angahy e de Luminárias.

Segundo Firmino Costa, os primeiros a povoar a localidade foram paulistas, ainda no século XVIII, impulsionados pela procura de metais preciosos. Essa exploração logo daria sinais de fraqueza, mas os moradores ali estabelecidos dariam o primeiro impulso para o desenvolvimento de uma economia de abastecimento na região (COSTA, 1911). Como indicadores do desenvolvimento desse mercado, temos os números divulgados no almanaque do ano de 1874. Este indica a produção de volume considerável de gêneros para exportação nas freguesias ligadas ao município de Lavras. Aponta uma exportação anual, somente da freguesia de Carmo da Cachoeira, de “6000 bois e vacas, 15000 arrobas de toucinho, 1000 ditas de fumo, e algum queijo para os municípios vizinhos”(VEIGA, 1874: 196). Para a freguesia de Perdões, também pertencente ao município, “de 8 a 10 mil arrobas de fumo, 4 a 6 mil ditas de assucar, 3 a 4 mil ditas de toucinho, cerca de 70 arrobas de cêra em velas, e grande porção de aguardente, rapaduras, etc...” (VEIGA, 1874: 199). Apesar de não constar a produção detalhada da cidade de Lavras, a indicação da ocupação dos cidadãos indica que a produção da sede do município pode superar a das demais freguesias. Enquanto se aponta a existência de 18 fazendeiros em Carmo da Cachoeira e 25 em Perdões, em Lavras esse número é de 41. Da mesma forma, mostra-se um número superior de pessoas ligadas ao comércio e à indústria. A essas informações, acrescenta-se a ideia de que a partir das cotas do Fundo de Emancipação de Escravos, durante as décadas de 1870 e 1880, é possível observar que Lavras se manteve com o maior plantel de escravos da região Sul de Minas por todo o período.

Mapa 01 – Divisão política de Minas Gerais e localização do município de Lavras em 1872.



Fonte: IBGE. Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872 – 2010, 2011. (Adaptado).

O objetivo do presente artigo é verificar, a partir da análise dos processos de inventário disponíveis para a década de 1870 e 1880, como se estruturava a riqueza da população e o que se produzia no local. Para o período, estão disponíveis, no Centro de Memória do Sul de Minas – CEMEC/, na cidade de Campanha – MG, 554 processos de inventário do município de Lavras. Devido a inconsistências que impediram o tratamento dos dados, foram excluídos da amostra os processos incompletos ou ilegíveis. Os restantes estão distribuídos conforme a tabela 1.

Tabela 1: Processos de Inventário para o município de Lavras – 1870/88

Ano	Número de Processos	Ano	Número de Processos
1870	34	1880	17
1871	37	1881	24
1872	22	1882	28
1873	37	1883	22
1874	29	1884	22
1875	29	1885	26
1876	29	1886	34
1877	21	1887	15
1878	20	1888	22
1979	19		
Total	277	Total	210
Total Geral		487	

Fonte:
Inventários
post-
mortem do
município
de Lavras.
CEMEC,
Campanha
– MG.
1870 –
1888.

A
análise
preliminar

buscou observar o valor do montemor² dos Inventários e o número de escravos que constam em cada processo. Com esse levantamento, buscamos perceber de que forma estava distribuída a riqueza da população inventariada e a posse dos escravos. Com a finalidade de identificar a estrutura das grandes fortunas do município no período, foram analisados os maiores processos com vistas a perceber a distribuição da propriedade por tipo de ativos e passivos e identificar a que tipo de produção essas propriedades se dedicavam. Foram lidos 50 processos, vinte e um da década de 1870 e vinte e nove para a década de 1880, que representaram 52% e 53% do valor total inventariado para as duas décadas, respectivamente.

O Contexto Mineiro

Para proceder à análise da economia de Lavras-MG nas décadas finais do escravismo brasileiro, é necessário pensar o contexto em que a cidade está inserida. Buscaremos observar a existência de propostas diferenciadas de explicação para a história econômica de Minas Gerais.

Uma importante referência sobre a economia mineira é o estudo feito por Roberto Borges Martins, em que é negado o perfil exportador atribuído à economia mineira e é afirmado seu caráter escravista por todo o século XIX (MARTINS, 1980a). Martins não considera que o café explique a direção tomada pela escravidão em Minas Gerais, defende a orientação para o mercado interno, diversificação e autossuficiência como as características essenciais da economia mineira.

Minas tinha o mais baixo nível de exportações per capita no país, e, fora da região cafeeira, este nível declinou em termos reais no decorrer do século. A grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província. A economia da província era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente – fazendas, sítios e roças – produzindo para o autoconsumo e para venda nos mercados locais (MARTINS, 1980a: 4).

Sobre a predominância do trabalho escravo, Martins considera que a explicação passa pela facilidade de acesso à terra. Nessas condições, o trabalhador livre conseguiria sua subsistência pela produção direta e não teria razões para vender sua força de trabalho. Mesmo fazendo essa observação, o autor não considera que haja, em Minas, uma menor concentração da propriedade da terra, ele explica que, embora a grande propriedade seja comum, abrangia apenas uma fração das terras. Para este autor, “As fazendas mineiras eram unidades autossuficientes. (...) Ela incluía frequentemente produtos ‘coloniais’, do tipo tradicionalmente associado à *plantation* exportadora como açúcar e algodão, mas, em Minas, esses artigos eram produzidos quase exclusivamente para consumo local”(MARTINS, 1980a: 37). Justifica sua afirmação com uma tabela em que aponta o valor percentual exportado por tipo de produto. Apenas porcos, bois e algodão apresentam valores relevantes de exportação por todo o século XIX. Outros produtos, como aguardente, arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e óleo de mamona, não ultrapassam 1% de produto exportado em todo o século. O açúcar, que em 1819 tinha 31,3% da produção exportada, em 1840 e 1845 tem esse valor reduzido para menos de 10%,

² O Montemor em um processo de inventário é a soma dos valores de todos os bens do inventariado, móveis, imóveis, animais, escravos e dívidas ativas.

chegando, em 1868, a apenas 4,73% do produto exportado. O algodão também sofre variação considerável, partindo de 76,7% de produto exportado em 1819 e chegando em 1882 com menos de 5% da produção exportada (MARTINS, 1980a: 44). Em trabalho posterior, Martins reconsidera seu posicionamento quanto às exportações, considera a existência de um importante setor exportador, mas não baseado em apenas um produto e sim em uma base diversificada de gêneros que incluía desde minerais preciosos à manufaturados como ferro e algodão (MARTINS, 1994).

Outro autor que se dedica a analisar a economia mineira é Robert Slenes. Ele discorda da citada posição de Martins quanto à pouca expressividade do café na economia mineira e defende que o desenvolvimento dessa cultura em São Paulo, Rio de Janeiro e Zona da Mata mineira influenciou a estrutura da produção de outras áreas (SLENES, 1988). Para Slenes, Minas exportava gado *vacum* e suíno, queijo, toucinho, algodão. Assim se justificaria a grande concentração de escravos na província.

a produção de Minas para mercados externos (...) gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias primas utilizadas pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas e esse setor (SLENES, 1988: 480-481).

Assim, o autor afirma a ligação da economia mineira ao sistema de *plantation*, atuando, de forma subsidiária, no abastecimento das regiões produtoras. Outros autores como Lenharo, já apontaram a economia mineira do oitocentos como voltada ao abastecimento, no caso deste autor, do mercado da corte (LENHARO, 1979). Apesar da produção historiográfica específica sobre a cidade de Lavras-MG para o período ser apenas residual, ocorrendo referências em estudos sobre outras localidades da região, a partir destes estudos podemos identificar o que se aproximaria da realidade da cidade no período.

Em artigo sobre a organização do trabalho livre na zona da mata mineira, para o período de 1870 a 1920, Ana Lúcia Duarte Lanna observa que o bom momento vivido pela economia do café, em fins do século XIX, desestimula a produção de gêneros de abastecimento interno e exportação e proporciona um impulso monocultor para a cultura do café (LANNA, 1985). Ela afirma que:

“Em fins do século XIX, a cultura do café se revigora na Zona da Mata, tendo em vista a alta dos preços alcançada no mercado internacional. Com isto, abandona-se muitas lavouras de cereais e as atividades pecuárias. A diversificação das atividades produtivas cede lugar ao monopólio da cultura do café. Com a impossibilidade de expansão da fronteira dada pelos limites naturais já explicitados, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas. (...) Em consequência, são abandonadas as outras atividades econômicas que conviviam com a expansão da cafeicultura até então, exceção feita à cultura de cereais desenvolvida pelos parceiros. Desta forma Minas Gerais passa a importar produtos básicos de alimentação que tradicionalmente exportava ou produzia em quantidade suficiente para atender às suas necessidades (LANNA, 1985: 102).

Embora a autora faça referência à produção de cereais pelos parceiros, ela não estabelece a dimensão da importação de produtos básicos, qual proporção do consumo seria importada ou coberta pela produção interna e de onde viriam tais produtos. A proposta de investigação feita pela autora não abrange tais questionamentos, mas

a origem desses produtos de abastecimento é, para nós, de primeira importância. John Wirth considera que “salvo o breve período do 'boom' do café na década de 1890, o estado era autossuficiente em alimentação” (WIRTH, 1982: 46). Lavras, por um vasto período, teve função no abastecimento do mercado regional mineiro. Cristiano Restitutti, para o período de 1839 a 1884, aponta Lavras como produtora de

gêneros variados da agropecuária, com baixo índice de preços de exportação. Café e queijos para o abastecimento local, cereais, farinhas e fumo para o mercado regional, suínos e toucinho para o mercado inter-regional e interprovincial. (...) Deixou de constituir produção subsidiária do setor exportador para tornar-se abastecedora de mercados regionais, característica da estrutura agrária sul – mineira que se desligou da mineração (RESTITUTTI, 2006: 122).

Feitos esses apontamentos sobre o plano provincial e regional, passemos à análise específica de Lavras. Buscaremos verificar de que forma a economia local se relaciona com os modelos explicativos aqui expostos analisando a estrutura da propriedade e sua produção.

O Caso de Lavras/MG

Como apresentado na introdução, o primeiro recurso utilizado no trato dos processos de inventário foi a exclusão dos incompletos ou ilegíveis. Depois passamos ao levantamento do número de escravos e do valor do montemor de cada riqueza inventariada. O valor total dos montemores alcançou a quantia de 12.418:286\$882³ e o número de escravos chegou a 4.158.

A Década de 1870

A análise da distribuição da posse de escravos e da distribuição do valor da riqueza mostram uma forte concentração da propriedade. A tabela 2 mostra como se dá a concentração da posse de escravos e das maiores riquezas do local. Dos 277 processos analisados, 58 não possuíam escravos arrolados entre os bens. Trata-se de processos com valor médio de 2.314\$043, apresentando como desvio padrão 3:164\$215. Esse valor médio é baixo se comparado aos processos objeto de análise detalhada. Ainda mais baixo se forem retirados dois processos que se desviam do restante por possuir mais de vinte contos de réis no Montemor, feito isso o valor médio cai para 2:001\$554 com desvio padrão de 2:103\$870.

Para os inventários com até cinco escravos, foram encontrados 88 processos. Estes acumulam juntos 244 escravos e tem um valor médio de riqueza no valor de 7:063\$954, com o expressivo desvio padrão de 7:369\$281. O alto valor do desvio pode ser explicado pela ocorrência de cinco processos com valor acima de vinte contos de réis. Retirados estes processos o valor médio cai para 5:608\$693 e o desvio padrão para 3:873\$083. O valor médio dos inventários para a faixa de 6 a 10 escravos fica em 12:160\$691, praticamente o dobro do valor da faixa anterior, apresentando 7:862\$664 como desvio padrão. A concentração já dá sinais de intensificação nos inventários com escravos entre 11 e 20, eles são 35 e mostram a média de 27:638\$722 como valor total dos bens e desvio padrão de 11:596\$694. Na faixa de escravaria entre 21 e 50 cativos são apenas 33 inventariados, aproximadamente 12% do total e concentram a propriedade de mais de um terço dos escravos

³ Os valores apresentados neste trabalho estão expressos em “Réis”. Unidade monetária vigente no Brasil durante o período estudado.

arrolados e também aproximadamente um terço do valor total dos bens inventariados. O média apresentada nessa faixa é 75:214\$669 com desvio padrão de 42:748\$542. Mais característica desse painel é a faixa com plantel acima de 50 almas. São 11 proprietários que concentram 25,2% do total de escravos e outro terço do valor total dos inventários, com uma média de 71 escravos por propriedade inventariada. O valor médio dos processos é 225:539\$659, com desvio padrão de 195:580\$510. Em suma, 16,1% dos inventariados concentram 61,7% dos escravos e 67,2% do montemor total. Os dados da concentração da propriedade ainda podem ser mais evidentes, se for considerado que as 20 maiores fortunas arroladas, ou seja, pouco mais de 7% do total, possuem 34,6% dos escravos e 52,3% da riqueza total. É interessante observar que, embora a concentração de riqueza se reforce com esse último recorte proposto, a média de escravos por proprietário cai para 53 por processo. Isso aponta para uma maior diversificação da propriedade nas grandes riquezas. Poderemos observar exemplos dessa diversificação quando passarmos à análise detalhada dos processos.

Tabela 2: Distribuição da posse de escravos e acumulação da riqueza em Lavras/MG na década de 1870

Faixa de Escravaria	Nº de Ocorrências	Nº de Escravos	Total do Montemor
0	58	Não se aplica	134:214\$500
Até 5 escravos ⁴	88	244	614:564\$013
6 a 10 escravos	52	396	632:355\$932
11 a 20 escravos	35	522	967:355\$284
21 a 50 escravos	33	1050	2.482:084\$082
Acima de 51	11	782	2.480:936\$242
Total		2994	7.311:510\$053

Fonte: Inventários *post mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1870 – 1879.

Essa primeira abordagem nos permite verificar que, entre os inventariados sem posse de escravos, boa parte dos proprietários não apresentava condições para possuí-los, principalmente os cativos em idade mais produtiva. Mais da metade dos processos dessa faixa tem montemor de menos de um conto de réis e, como poderemos observar na tabela 4, o valor médio dos escravos seria quase impeditivo, a não ser que a opção de compra fossem as escravas idosas ou crianças.

Passaremos à análise dos referidos processos, primeiro em conjunto, de forma a verificar a existência de um padrão de alocação dos recursos da propriedade, e depois observando eventuais particularidades de cada riqueza na forma como estas organizam sua produção. A tabela 3 mostra como estão distribuídos os bens das maiores riquezas inventariadas na década, utilizando como parâmetro os maiores valores do montemor. Como também foi observado por Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho (SAES e AVELINO FILHO, 2012) para o município sul-mineiro de Campanha, os bens imóveis e de raiz representam a maior parcela do total inventariado, alcançando 34,42% do valor. A predominância dos bens imóveis no valor dos inventários também

⁴ Nessa faixa não estão sendo considerados o montemor e a escrava de propriedade do Capitão Silvestre Alves de Azevedo. Tal opção se baseia em dois pontos. Por um lado, o fato de possuir uma escrava está longe de caracterizar a riqueza do inventariado como escravista, já que o valor da escrava é irrelevante no conjunto dos bens. Por outro lado, e talvez mais importante, a inclusão do valor referente ao Montemor provocaria uma distorção no que entenderíamos como a propriedade típica com essa faixa de escravaria.

foi observada por Luciana Suarez Lopes em estudo sobre Ribeirão Preto (LOPES, 2012).

Em trabalho anterior, onde foram analisados apenas os grandes processos, representativos de 30% da riqueza total inventariada, foi demonstrada a importância das dívidas ativas que, nessa faixa de riqueza, superava a parcela alocada nos bens imóveis e de raiz (VIEIRA, 2012).

Tabela 3 - Composição da riqueza do município de Lavras-MG na década de 1870

Natureza dos Bens	Valor	%
Bens de Raiz	1403:837\$230	34,42
Escravos	903:636\$666	22,09
Animais	185:012\$000	4,54
Bens Móveis	56:113\$100	1,38
Dívidas Ativas	1153:103\$768	28,27
Dívidas Passivas	196:990\$573	4,0
Dinheiro	191:050\$880	4,68
Montemor	4078:904\$305	100

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. Processos de inventário do município de Lavras-MG, década de 1870. Caixas 168, 177, 178, 180, 187, 193 e 206.

O grande peso das dívidas ativas se deve principalmente aos inventários de Antônio Caetano de Andrade e do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, este consta na lista de profissões do Almanaque de 1874 como “Capitalista”. Dos 21 processos lidos, 12 também apresentam quantias aplicadas em dívidas ativas, não com o mesmo vulto desses últimos, mas o fato é que existem e indicam a existência de uma oferta de crédito local, seja de pequeno valor, principalmente nos casos de contas correntes em casas de comércio, seja de maior peso, emprestado a prêmio pré-fixado. Infelizmente, a listagem dos devedores dos dois inventários citados não tem detalhes suficientes para identificarmos a natureza dos créditos, mas há registros de empréstimos a pessoas jurídicas como o “que deve Andrade, Azevedo e Compahia, setenta contos, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta (sic) réis”. E também há empréstimos pessoais, como “o que deve Antônio da Rocha Leão, por crédito a prêmio, até hoje, na importância de trinta e quatro contos, setecentos e dezoito mil e quatrocentos réis”. Os mecanismos de garantia desses créditos são, primeiramente, os bens do solicitante, e como acessório, aparecem os abonos, que são garantias dadas por terceiros ao crédito efetuado. Quanto ao custo do crédito, o inventário do Capitão Flávio Antônio da Silva traz em suas dívidas passivas o registro de dívidas por crédito a prêmio de 8 e 10% ao ano. Os passivos do Alferes Manoel Corrêa Affonso registram créditos efetuados a custo de 6 e 8% ao ano. Enfim, de todos os dados de dívidas não houve nenhum registro de taxa superior à 1% ao mês. Se compararmos com as taxas apresentadas por Luciana Suarez Lopes no estudo citado, estas estão bastante acessíveis, já que a autora aponta o caso do comerciante Jacinto José de Souza, da década de 1870, que “além das contas de livro(...) também emprestava dinheiro a juros, que variavam de 1,5% a 2,0% **ao mês**” (LOPES, 2012: 15, grifo nosso). O dinheiro em espécie, que ocupa a quarta posição em valor, é um importante indicador de que além do montante já aplicado em dívidas ativas, havia ainda capital disponível para aplicação imediata.

Os passivos somam apenas 4,83% do valor dos inventários, sendo a maior fração representada pela dívida do Capitão Joaquim Custódio Pereira, que alcança o valor de 52:656\$225, ultrapassando o valor de seus ativos que não chegavam a 45 contos de réis. Dez dos vinte e um inventariados possuíam dívidas em seu inventário, sendo o caso supra citado o mais expressivo. Os outros devedores têm no máximo 15% do patrimônio comprometido, sendo que seis deles não chegam a dever 5% do total. No espaço desse trabalho, não

é possível mensurar o peso da oferta de crédito local na economia do município e região, mas a julgar pelos dados apontados, esta não deve ser desprezada, já que, mesmo de forma residual, aonde o crédito oficial não chegava, atendia a demanda imediata da população.

Como dito, os bens de raiz, imóveis urbanos e rurais, aparecem como primeiro valor do monte. Embora o Capitão Silvestre Alves de Azevedo possua exclusivamente imóveis urbanos, trata-se de uma exceção, o que predomina nesse campo são as propriedades rurais junto com suas “benfeitorias”. Elas representam, em média, 40% do total dos montemores, enquanto os imóveis urbanos representam, em média, 0,7% do valor total. A expressividade do valor dos imóveis rurais se deve principalmente ao valor das fazendas. Algumas alcançam altas quantias como a “fazenda no lugar denominado ‘Cachoeirinha’, sita na freguesia da cidade de Lavras”, pertencente ao Alferes Manoel Corrêa Afonso, avaliada pela expressiva quantia de 160:000\$000. Domingos Marcelino também apresenta caso análogo, sendo a “Fazenda da Serra” avaliada em 170:000\$000. Como já observado, somente predomina a propriedade urbana entre os bens do Capitão Silvestre Alves de Azevedo. Cabe salientar, neste caso, que dos 61:131\$500 referentes aos bens imóveis, 44:000\$000 representam duas casas e um terreno situados no Rio de Janeiro. O restante são casas em Lavras, parte na “casa que se fez para o colégio junto a casa de instrução” e “parte no teatro desta cidade”.

O terceiro maior peso, representando 22,09% do valor total dos processos, com o valor total de 901:071\$666, é referente a 1074 escravos. Calculamos o valor médio dos escravos por sexo e por faixa etária⁵ utilizando como base os anos de 1871 e 1878. A escolha destes anos se deu para possibilitar a observação da diferença de preço dos cativos nos anos iniciais e finais da década.

Tabela 4: Valor dos escravos por faixa de idade e sexo – Lavras-MG 1873 e 1878⁶

Idade/sexo	1871				1878			
	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão
Ingênuo/Masculino	–	–	–	–	63\$684	50\$000	50\$000	46\$453
Ingênuo/Feminino	–	–	–	–	27\$777	10\$000	30\$000	18\$559
Criança/Masculino	727\$187	1:000\$000	650\$000	497\$699	1:646\$153	1:600\$000	1:600\$000	368\$816
Criança/ feminino	459\$615	200\$000	350\$000	404\$351	663\$333	500\$000	650\$000	286\$430
Adulto/masculino	1:352\$745	1:400\$000	1:400\$000	340\$182	1:922\$903	2:000\$000	2:000\$000	442\$336
Adulto/feminino	928\$928	750\$000	750\$000	500\$402	828\$571	1:000\$000	900\$000	274\$121
Idoso/Masculino	655\$833	400\$000	250\$000	137\$531	576\$923	400\$000	500\$000	318\$600
Idoso/Feminino	157\$857	100\$000	100\$000	120\$825	238\$333	400\$000	225\$000	160\$052

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187 e 177.

⁵ O critério para classificação etária é dado por José Flávio Motta e considera como crianças indivíduos de até 15 anos e idosos os escravos com 50 ou mais anos de idade. As ponderações que levaram à eleição desse recorte pelo autor podem ser vistas em: MOTTA, José Flávio. *Velhos no Cativo: posse e comercialização de escravos idosos*. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais de Caxambu-MG, 2008.

⁶ Para esse levantamento foram excluídos da amostra todos os escravos cujas enfermidades pudessem alterar seu valor. Assim foram desconsiderados escravos, aleijados, cegos, reumáticos, além dos classificados genericamente como “doentes” ou “quebrados”.

Todos os proprietários selecionados tinham, entre seus escravos, especialistas em determinadas atividades, como pedreiros, carpinteiros, ferreiros, tecedeiras, costureiras, tropeiros e carreiros. Embora apresentados os valores médios acima, cabe registrar que, a depender de sua especialidade, o escravo poderia apresentar um valor acima da média, como no caso do escravo Francisco, de 34 anos, um carpinteiro avaliado em 2:500\$000. Dentre os inventários selecionados, o que concentra maior valor relativo em escravos é o de Maria Ribeiro dos Anjos, que imobiliza 56,06% de sua riqueza em escravos. Com um plantel de 38 almas, o alto valor do plantel pode ser explicado pela concentração de escravos na idade adulta, do sexo masculino, e com várias especialidades declaradas como ferreiro, costureira, pedreiro, carpinteiro e carreiro. O maior valor absoluto em escravos é o de Domingos Marcelino dos Reis e se deve claramente ao tamanho do seu plantel, que conta com 89 cativos avaliados a 66:135\$000. Nos inventários, foram listados 66 ingênuos, já sob as determinações da Lei nº 2040, de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. Eles tiveram seus serviços futuros avaliados no total de 2:565\$000.

Para identificar o que de fato se produzia no município, passemos à análise mais detida sobre os bens imóveis e de raiz, juntamente com os bens móveis, já que estes são basicamente o mobiliário das casas e os instrumentos de trabalho nas propriedades, e os animais.

Veremos que os inventários trazem bastante similaridade entre os tipos de bens arrolados, salvo poucas exceções. Com exceção do Capitão Silvestre Alves de Azevedo e do Capitão Flávio Antônio da Silva⁷, todos os inventariados possuíam a maior parte do valor de seus bens de raiz imobilizado em uma fazenda principal. A estrutura dessas fazendas é quase idêntica, variando apenas a dimensão da propriedade e alguns detalhes na descrição. Veja como exemplo a Fazenda da Serra, de propriedade de Domingos Marcelino dos Reis, que tem “casa de vivenda, engenho de pilões, dois moinhos, dois paióis, casa de despejo, senzalas, tenda de ferreiro, monjolo, curraes(...)” e a fazenda da Cachoeirinha, de propriedade do Alferes Manoel Corrêa Affonso, que conta com “casa de vivenda, dois paióis, casa de despejo, tenda de ferreiro, moinho, monjolos, ranchos para carro(...) engenhos de cana(...)”. Dessa definição das fazendas típicas, tira-se o sentido para a posse de grande quantidade de tachos de cobre, utilizados na fabricação de açúcar, encontrados em todas as propriedades. São comuns também quantidades de “ferro velho” que seriam aproveitados com a estrutura da própria fazenda. A presença de teares e rodas de fiar também é comum. Foram encontrados 26 teares e 115 rodas de fiar. Somente o supracitado Domingos Marcelino contava com 26 ditas entre seus bens. Entre os bens móveis ainda são arrolados alambiques, pipas de tamanhos variados, carros de boi. São também listados estoques e plantações de milho, feijão, arroz, mamona, cana, fumo e algodão, sendo mais recorrentes o milho, o feijão, o arroz e a cana. É interessante registrar que o café, na década de 1870, só aparece como parte de uma chácara, em consórcio com mandioca e um bananal, sem mais informações sobre extensão ou quantidade de pés plantados.

Passemos à análise dos animais. A tabela 5 traz a distribuição dos animais por tipo e finalidade. A razão dessa divisão é a diferenciação dos animais de trabalho nas fazendas dos animais criados para corte e comercialização.

Tabela 5: distribuição do valor dos animais por tipo e finalidade – Lavras 1870/79

⁷ Nesse caso, a propriedade rural era composta por seis frações de terra em fazendas distintas.

Tipo de Animal	Quantidade	%	Valor	%
Bois de Carro	658	10,68	33:647\$000	21,06
Muare	336	5,45	18:731\$000	11,72
Equinos	432	7,01	12:281\$000	7,68
Bovinos	2394	38,86	76:436\$000	47,85
Suínos	1828	29,67	17:592\$500	11,01
Ovinos	512	8,31	1:033\$500	0,64
Total	6160	100	159:721\$000	100

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187 e 177.

A importância da diferenciação se mostra nos valores da tabela acima. Considerando como animais de trabalho os bois de carro e os muare, estes incluindo as bestas de carga, temos 16,13% do valor total dos animais dedicados à própria fazenda. Mesmo sabendo que esses animais também podem ser comercializados, acreditamos que a regra é a aplicação dos mesmos no trabalho. Chama atenção a quantidade de bois de carro por fazenda. No caso de Antônio Caetano de Andrade, são 75 animais dessa qualidade. Dona Maria Cândida Ribeiro possui 64 exemplares e Domingos Marcelino dos Reis, outros 57. Além desses, se considerarmos que boa parte dos equinos também pode ser dedicada ao trabalho nas propriedades, esse valor aumenta; mas, como não há essa diferenciação nas descrições dos processos, não sabemos exatamente qual parcela desses animais era destinada à venda ou utilizada no trabalho. Dentre os animais criados para comércio e corte, temos a predominância do gado bovino com amplo valor acima das demais categorias. O número de cabeças também supera em muito as outras criações. Dentre os proprietários, destacamos o Coronel Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, com 401 cabeças de bovinos e Domingos Marcelino dos Reis, com 356 cabeças. Os suínos também mostram grande importância, apresentando um número de cabeças próximo aos 30% do total da criação. Os principais criadores desses animais são Domingos Marcelino dos Reis, com 293 cabeças e o Capitão Flávio Antônio da Silva, com 212. Entre os criadores, o que mostra maior investimento relativo na criação de animais é o Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, com 16% do montemor alocado na criação. Embora com valor relativo baixo, os ovinos estão presentes em quase todos os criadores e seu número é um indicador do caráter de autoabastecimento das unidades produtivas dos mais variados itens, neste caso de lã.

Apesar do valor investido não alcançar grande vulto, nos chamou a atenção a existência de dois registros de investimento em valores mobiliários. O Capitão Silvestre Alves de Azevedo possuía 23 apólices da Companhia Locomotora, no valor de 4:500\$000. Mais uma vez, a diminuta descrição do bem nos privou de maiores informações sobre a empresa em questão. Também há o registro de “uma ação da Casa Social de Lima, Pimenta e Companhia”, no inventário do Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, com valor de 2:500\$000. No caso do Capitão Silvestre de Azevedo, não se trata de desvio no padrão da propriedade, já que, como vimos, a estrutura de seus bens é totalmente urbana. Mas, no caso do Capitão Francisco Teodoro, embora não haja a descrição detalhada dessa companhia, percebemos a inserção de práticas econômicas modernas em uma economia com caráter visivelmente tradicional, predominantemente rural.

A Década de 1880

Para a década de 1880, o valor total dos montemores foi de 4.128:710\$827 e o plantel de 1150 escravos. A maior parte dos escravos está concentrada na primeira metade da década, alcançando 67,7% do total. A partir da tabela 6, podemos observar que as características de concentração da riqueza observadas para a década de 1870 permanecem. Apenas 16,2% dos inventariados possuíam 62,3% do plantel de escravos e 60,5% do valor total das propriedades. Uma característica importante a ser observada é o aumento do valor médio das propriedades sem escravos. Se desconsiderarmos os três inventariados sem escravos que possuem montes acima de vinte contos de réis, chegamos ao valor médio de 3:445\$170, o dobro do valor da década anterior, apresentando o desvio padrão de 3:565\$898. Esse aumento deve ser analisado considerando-se mais de um fator: em primeiro lugar, que o aumento dos preços dos produtos pode elevar o valor da propriedade de forma artificial, sendo a valorização decorrente apenas da inflação; em segundo lugar, que o alto preço dos escravos, principalmente no começo da década, continuava a ser um impeditivo ainda maior à aquisição do cativo por parte dessa população; e, em terceiro lugar, pode-se considerar que parte desses inventariados realmente optaram por não possuir escravos, já que a maior parte dos inventariados dessa faixa são da segunda metade da década, quando a concentração de escravos é menor.

Tabela 6 : Distribuição da posse de escravos e acumulação da riqueza em Lavras/MG na década de 1880

Faixa de Escravaria	Nº de Ocorrências	Nº de Escravos	Total do Montemor
0	75	Não se aplica	372:221\$674
Até 5 escravos	67	193	617:276\$757
6 a 10 escravos	32	231	474:908\$456
11 a 20 escravos	23	327	850:047\$791
21 a 50 escravos	11	315	1499:148\$409
Acima de 51	1	84	315:107\$740
Total	209	1150	4.128:710\$827

Fonte: Inventários *post mortem* do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1880 – 1888.

Considerando que o valor médio das propriedades das outras faixas de riqueza sofreu aumento de aproximadamente 20% em relação à década anterior, enquanto o valor das propriedades sem escravos aumentou em quase 100%, devemos considerar que a questão da impossibilidade do acesso perde força frente à opção por não ter escravos. Passemos à verificação da estrutura das propriedades, conforme feito para a década anterior. A tabela 7 traz a distribuição dos bens das principais riquezas.

A particularidade observada anteriormente relativa à expressividade das dívidas ativas na composição das riquezas, embora tenha caído aproximadamente à metade em valores absolutos, manteve sua importância em valores relativos, representando 25,28% do valor total dos processos. Encontramos valores expressivos investidos nessa categoria nos processos do Coronel José Antônio de Souza Lima, com valor de 289:688\$763, representando 50,3% de sua propriedade e, embora com valor menor, a representatividade das dívidas ativas nos bens de Maria Vitória Resende e D. Maria Elysa da Costa Lima deve ser ressaltada, já que ambas ultrapassam 60% do valor total. Novamente encontramos valores altos como “o que deve o Capitão José Caetano de Lima, por crédito firmado em seis de maio de mil oitocentos e oitenta e dois, a prêmio de oito por cento ao ano, no valor de 72:111\$315”, mas o valor médio dos empréstimos é de aproximadamente cinco contos de réis, a juros

entre oito e dez por cento ao ano. Para essa década, os bens imóveis ou de raiz continuam representando a maior parte dos bens, sendo 43,34% dos bens inventariados.

Quanto aos passivos, o maior valor relativo é o do Coronel José Augusto do Amaral, 67:069\$837, representando 168,19% dos seus bens. O Comprometimento médio dos bens com os passivos nos demais inventários é da ordem de 9% e, normalmente, se compõe de várias dívidas de baixo valor.

Tabela 7 - Composição da riqueza do município de Lavras-MG na década de 1880

Natureza dos Bens	Valor	%
Bens de Raiz	1012:457\$881	43,34
Escravos	428:965\$000	18,36
Animais	113:948\$400	4,88
Bens Móveis	56:422\$216	2,42
Dívidas Ativas	590:512\$956	25,28
Dívidas Passivas	219:381\$333	9,39
Dinheiro	32:231\$907	1,38
Montemor	1.285:871\$682	100

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. Processos de inventário do município de Lavras-MG, década de 1880. Caixas 207, 208, 213, 223, 232, 240, 243 e 247.

Como observado, os bens imóveis e de raiz representam a maior parcela do valor total e não é incomum esses bens ultrapassarem 60% do valor dos processos. Novamente predominam, entre esses bens, os imóveis rurais, sendo o principal componente uma fazenda, com suas instalações voltadas ao suprimento da própria fazenda de toda sorte de serviços, como casas de carpintaria e tendas de ferreiro; além de instalações para produção de gêneros de abastecimento, como moinhos, engenhos de açúcar, fornos de farinha, etc. Nos bens móveis de todos os inventariados, encontram-se tachos de cobre, alambiques e pipas para aguardente, em alguns casos com grandes quantidades de produto estocado, como é o caso de Rita de Cássia Andrade, com 1500 Kg de açúcar e 20 pipinhas de aguardente, e do José Antônio Pereira da Silva, com 1800 Kg de açúcar e 50 barris de aguardente. Considerada a dimensão da produção, torna-se claro que não se destina apenas ao abastecimento da própria fazenda. Os teares e rodas de fiar continuam frequentes, são 31 teares e 31 rodas de fiar. Outro ponto de maior importância a ser observado é a ocorrência mais frequente do café. No inventário de José Antônio Pereira da Silva, são contadas 280 arrobas de café, avaliadas a 1:200\$000. No processo de Maria Vitória Resende, constam 70 arrobas de café, avaliadas a 280\$000 e um cafezal avaliado em 400\$000. No inventário do Coronel José Antônio de Souza Lima, os valores são bem maiores. Em uma propriedade em que é sócio do seu co-herdeiro Major José Antônio de Lima, foram listados 150 mil pés de café, avaliados a 75:000\$000, mais 13 mil pés de café de 3 anos, a 3:900\$000, e ainda 8200 arrobas de café em coco, avaliadas em 24:600\$000 e 5000 arrobas de café verde, a 10:000\$000. Esta dita propriedade, denominada Fazenda do Limoeiro, situa-se no distrito de São José do Rio Pardo, Termo de Casa Branca, em São Paulo, o que configura não somente a ligação da economia mineira com o café como o investimento direto dos mineiros em regiões produtoras de fora da província. Em outra fazenda, este inventariado possuía mais 50 mil pés de café, avaliados a 3:500\$000, 4 mil arrobas de café em tulha, por 12:000\$000 e 3 mil arrobas de café por colher. A propriedade urbana, em todos os processos, resume-se a casas nos arraiais sempre com valores relativos baixos.

Igualmente à década anterior, o valor dos escravos continua a ser o terceiro mais expressivo. O valor de

424:775\$000 corresponde a 572 escravos. Embora em valores absolutos a quantidade e o valor dos escravos tenham caído 53,25% e 47,14%, respectivamente; relativamente ao valor total dos bens arrolados, a queda foi de aproximadamente quatro pontos percentuais, o que indica a permanência da escravidão como traço forte do perfil da localidade. Com base nas tabelas 7 e 8, podemos verificar que, em 1880, o escravo masculino/adulto tem um custo médio de 1:592\$857, frente a 1:352\$745 no começo da década anterior, um aumento da ordem de 16%. Os aumentos mais expressivos ficaram por conta das crianças escravas que chegaram a 53%, no caso das de sexo feminino, e 51% no caso das de sexo masculino. Em linhas gerais, percebe-se um aumento do valor em fins da década de 1870, mas já no início dos anos 1880 verificam-se sinais de queda que se evidenciam na segunda metade da década.

Tabela 8: Valor dos escravos por faixa de idade e sexo – Lavras-MG 1880 e 1886

Idade/sexo	1880				1886			
	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão
Ingênuo/Masculino	–	–	–	–	–	–	–	–
Ingênuo/Feminino	67\$500	–	65\$000	27\$537	–	–	–	–
Criança/Masculino	1:350\$000	1:300\$000	1:300\$000	409\$267	–	–	–	–
Criança/ feminino	694\$444	700\$000	700\$000	72\$648	–	–	–	–
Adulto/masculino	1:592\$857	2:000\$000	1:800\$000	493\$688	734\$903	800\$000	800\$000	168\$151
Adulto/feminino	699\$361	450\$000	700\$000	290\$744	498\$200	600\$000	550\$000	148\$736
Idoso/Masculino	585\$500	500\$000	475\$000	426\$780	300\$000	150\$000	250\$000	158\$113
Idoso/Feminino	73\$333	80\$000	80\$000	20\$816	150\$000	50\$000	150\$000	86\$602

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1880, caixas 207 e 208.

Outra característica da década, no tange à mão de obra, é a maior ocorrência de ingênuos listados, 124 no total, com o valor de 4:190\$000. Embora tenhamos apresentado alguns valores referentes ao serviço dos ingênuos, seu levantamento apresentou dificuldades. Não há homogeneidade nos processos quando se referem aos mesmos. Em alguns processos, todos têm os serviços futuros avaliados, mesmo as crianças de colo; em outros, os ingênuos são listados junto às mães, elevando seu preço na medida que mais ingênuos a acompanham, e há ainda outros em que se listam os ingênuos mas não lhes atribuem valor, nem mesmo influenciando o valor das escravas mães.

Tabela 9- Distribuição do valor dos animais por tipo e finalidade, década de 1880

Tipo de Animal	Quantidade	%	Valor	%
Bois de Carro	464	11,09	22:241\$000	19,32
Muare	189	4,51	12:003\$000	10,43
Equinos	218	5,21	10:310\$000	8,95
Bovinos	1833	43,83	56:641\$000	49,21
Suínos	1419	33,93	13:764\$400	11,96
Ovinos	59	1,41	118\$000	0,10

Total	4182	100	115:077\$400	100
--------------	-------------	------------	---------------------	------------

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1880, caixas 223, 207, 232, 247, 243, 240, 213, e 208.

Os animais somaram 115:077\$400 réis, representando 4,66% do valor dos bens. Novamente os bovinos predominam, somando pouco menos da metade do número de cabeças e do valor total. A tabela 9 mostra a distribuição dos animais por tipo e finalidade. Se comparada aos valores apresentados para a década anterior, certamente os valores são mais modestos, mas de modo algum irrelevantes, indicam que a criação continuou a ocupar um lugar importante na economia do município.

Considerações Finais

Após analisar a estrutura da riqueza de Lavras-MG para as duas décadas finais do sistema escravista brasileiro, percebemos que, às vésperas do fim da escravidão no país, as principais fortunas da localidade não sofreram mudanças em sua estrutura, o caráter rural e escravista atribuído à economia mineira permaneceu forte. A propriedade rural com produção diversificada, autoabastecida de gêneros alimentícios e até ferramentas de trabalho não estava isolada do contexto mineiro nem nacional. Como demonstramos, as quantidades de açúcar, aguardente e animais produzidos certamente não visavam apenas o abastecimento interno. O café, que na década de 1880 começa a aparecer com maior peso, mostra que Minas estava ligada diretamente ao setor exportador nacional pela via do abastecimento das regiões produtoras e também com produção própria, mesmo que com valores modestos frente à produção de outras regiões cafeeiras do período.

A diversidade da produção indicada por Cristiano Restituti, pelo Almanaque Sul Mineiro e por Roberto Martins fica demonstrada com a análise dos processos. Queijos, cereais, aguardente, açúcar, fumo e principalmente animais constituíam o produto local. Podemos concluir que a economia de Lavras era fortemente escravista, diversificada, e com unidades produtivas quase autossuficientes. Fica a dúvida quanto ao real peso das exportações na economia do município. O desenvolvimento da pesquisa poderá levar a identificação dos mercados consumidores e das rotas de escoamento dos produtos. O que, sem dúvida, fica demonstrado é a importância de estudos locais, no nosso caso, o de Lavras-MG, para uma melhor compreensão da economia mineira no século XIX.

Fontes e Referências Bibliográficas

CENTRO DE MEMÓRIA CULTURAL DO SUL DE MINAS, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187, 223, 207, 232, 247, 243, 240, 213 e 208.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.

COSTA, Firmino. *História de Lavras*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte. Vol. 16/p.125-160, 1911.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira e PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico*. Est. Econ., São Paulo. V. 38, N. 3, P. 493-524, julho-setembro, 2008.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios Internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFVJF, 2009.

_____. *Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850*.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

VIEIRA, Eduardo José. *A Economia do Município de Lavras nas Décadas Finais do Regime Escravista (1870-1879)*. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). 2012.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1982.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento*. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

LANNA, Ana Lucia Duarte. *A organização do trabalho livre na Zona da Mata mineira: 1870-1920*. 1985.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo. 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.

LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888)*. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14riqueza.pdf>, acesso em 02/04/2012.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

_____. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra Vez*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994. Texto para Discussão nº 70.

MOTTA, José Flávio. *Velhos no Cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos*. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais de Caxambu-MG, 2008.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado)

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884*. Araraquara, 2006.

SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. *Campanha da Princesa na última década do escravismo*. VII Seminário Nacional do Centro de Memória UNICAMP – CMU. Campinas, 2012.

SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas. N 17. 1985.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thyppographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

_____. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thyppographia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.